

Declaração Conjunta da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu sobre as medidas anunciadas pelo Governo Português

Na sequência da reunião dos Chefes de Estado e de Governo a 11 de Março de 2011 em Bruxelas, José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia, e Jean-Claude Trichet, Presidente do Banco Central Europeu (BCE), fizeram a seguinte declaração:

“As autoridades portuguesas elaboraram uma “Nota sobre as directrizes e medidas políticas” que o governo português tenciona adoptar para dar resposta aos principais desafios económicos” uma resposta política ambiciosa para dar continuidade à consolidação fiscal, lidar com os problemas estruturais e reforçar o sistema financeiro:

- *No que concerne à política fiscal, as medidas anunciadas salientam o compromisso do Governo de atingir metas fiscais de um défice geral governamental de 4.6% do PIB em 2011, de 3% em 2012 e de 2% em 2013. O orçamento para 2011 incluía já um número substancial de medidas de consolidação estrutural de 5% do PIB para 2011. As estimativas mostraram que, de acordo com previsões macroeconómicas prudentes, permanecia um hiato fiscal de ¾% do PIB. Para 2012 e 2013, os hiatos decorrentes de políticas que não sofreram alterações atingiram 2¾ e 1% do PIB, respectivamente. Com a notícia de hoje, as autoridades portuguesas comprometeram-se a criar um pacote substancial de medidas adicionais que permitirá alcançar as metas fiscais.*
- *As autoridades portuguesas comprometem-se ainda a dar resposta às vulnerabilidades existentes no sistema financeiro. Reconhecem a necessidade de redução da lacuna de financiamento do sistema bancário através de uma desalavancagem adequada. A necessidade de reforço do capital bancário é também reconhecida, passando os bancos a ser obrigados a apresentar ao Banco de Portugal planos individuais especificando cronogramas e planos de reforço adequado de desalavancagem e de capital. Estes planos deverão ser avaliados pelo BCE e pela Comissão Europeia, de acordo com as respectivas competências. As necessidades de recapitalização, baseadas em testes rigorosos e atempados, deverão ser comunicadas tão cedo quanto possível, de forma a assegurar respostas adequadas às necessidades de recapitalização dos bancos portugueses.*
- *De forma a aumentar o potencial de crescimento e a flexibilidade geral da economia portuguesa, o Governo comprometeu-se a implementar uma agenda de reforma estrutural abrangente que apresente soluções para os constrangimentos ao crescimento e à rigidez estrutural. O compromisso quanto à apresentação de datas concretas para a reforma nas diversas áreas é especialmente bem acolhido.*
- *No que concerne às reformas do mercado de trabalho, as acções anunciadas contribuem para a redução das distorções e da segmentação do mercado de trabalho.*

Outras medidas concretas conduziriam ao potencial aumento do crescimento do produto. O Governo Português identificou correctamente as ineficiências do sistema judicial como constituindo um impedimento à actividade económica e está empenhado na implementação de reformas substanciais. As medidas anunciadas de melhoria do reforço das regras de concorrência deverão contribuir para um quadro mais competitivo. A reforma do mercado imobiliário, tal como anunciado, tem potencialmente efeitos muito positivos quer em termos de actividade quer em termos da mobilidade laboral, ao mesmo tempo que limita o endividamento das famílias. Para além disso, o Governo comprometeu-se a desenvolver maiores esforços na reforma dos sectores da energia, dos transportes e dos serviços.

Saudamos e apoiamos o pacote de políticas apresentado. As autoridades deverão responder a qualquer necessidade futura de clarificação das medidas, em especial no que respeita aos mercados de trabalho, no contexto dos Programas de Estabilidade e de Reforma que serão apresentados em Abril. Deve ser dada continuidade ao impulso actual, devendo as autoridades portuguesas assegurar a implementação integral de todas as medidas. O acompanhamento destas políticas será monitorizado de perto pela Comissão Europeia, em estreita ligação com o BCE, no contexto de uma redobrada vigilância.”

Nota: Tradução da responsabilidade da UGT, baseada na versão inglesa